

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da TAM Linhas Aéreas S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	14
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
5. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS APRESENTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	29
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	30
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	36
9. CONTAS A RECEBER.....	36
10. ESTOQUES	38
11. TRIBUTOS A RECUPERAR	38
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	39
13. DEPÓSITOS JUDICIAIS	41
14. INVESTIMENTOS.....	41
15. IMOBILIZADO.....	43
16. INTANGÍVEL	45
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	46
18. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	47
19. FORNECEDORES.....	49
20. RECEITAS DIFERIDAS.....	49
21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	49
22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO.....	52
23. PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	52
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
25. PARTES RELACIONADAS	53
26. RECEITA OPERACIONAL.....	57
27. RESULTADO POR NATUREZA	57
28. RESULTADO FINANCEIRO	58
29. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS	58
30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	61



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM Linhas Aéreas S.A. (“TLA” ou “Companhia”), é uma subsidiária integral da TAM S.A., que por sua vez integra a LATAM Airlines Group S.A. (“LATAM”), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea o qual oferece serviços de transporte de passageiros para cerca de 140 destinos, em 24 países, e serviços de carga para aproximadamente 144 destinos, em 26 países, com uma frota de 328 aviões. No total, a LATAM Airlines Group S.A. tem em torno de 50,4 mil funcionários. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago, Nova York (na forma de ADRs) e São Paulo (na forma de BDRs). A LATAM Airlines é componente do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York.

A Companhia em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), opera principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território brasileiro e em âmbito internacional. Tem por objeto social ainda:

- explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais;
- prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- hangaragem de aviões;
- atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves;
- prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica;
- realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas;
- compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos; desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; e
- importação e exportação de óleo lubrificante acabado.

A TLA é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, quinto andar, São Paulo, SP.



1.1. Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta uma posição de passivo a descoberto no montante de R\$434.201 (patrimônio líquido no montante de R\$828.190 em 31 de dezembro de 2014) e capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$2.697.146 (R\$1.620.597 negativo em 31 de dezembro de 2014) e prejuízo de R\$ 1.570.978 (R\$ 673.935 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram fortemente impactados pela desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano correspondente a 47% e 13% em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

A Administração tomou e vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial, dentre elas destaca-se:

- Readequação da malha nacional com redução a partir do 3º trimestre de 2015 de 2,5% e 9,4% no quarto trimestre;
- Planejamento de nova readequação da malha nacional a ser adotada em 2016 com redução entre 6% e 9% de oferta;
- Implementação do pilar de custos, com o objetivo de uma redução significativa de gastos no Grupo;
- Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar; e
- Viabilização do HUB do nordeste, para melhor conectividade dos clientes e incremento de vendas.

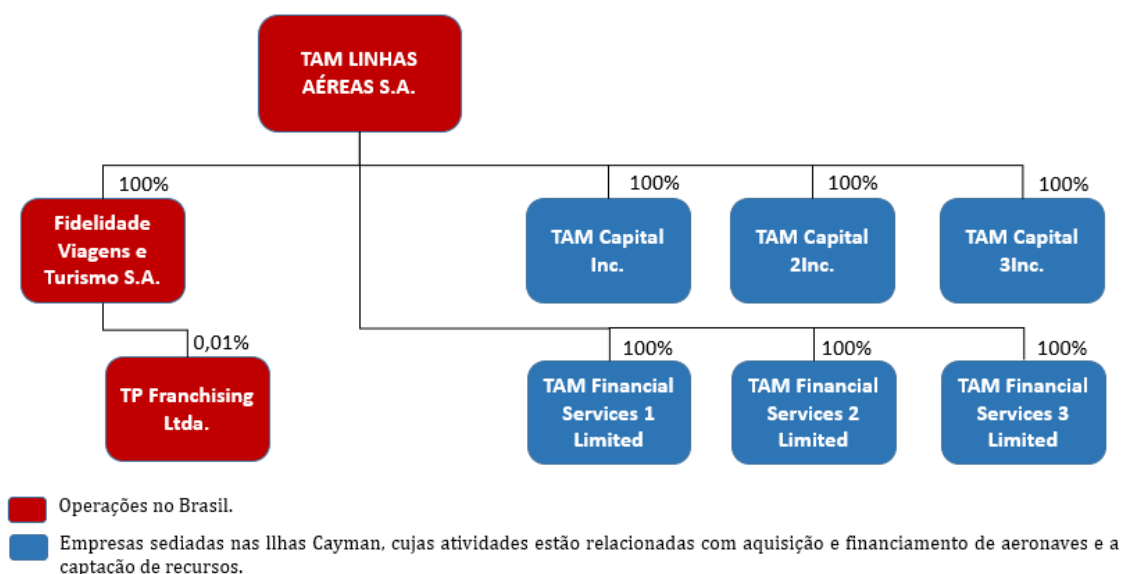
A Administração avalia constantemente a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Companhia conta, se necessário, com o apoio financeiro de sua controladora LATAM Airlines.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício, não houve alterações na estrutura societária da Companhia quando comparada aquela apresentada nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura societária da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:





3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.



As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e
- (iii) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a TLA e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada subsidiária integral incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que elas operam. Todas as subsidiárias da Companhia adotam o Real como moeda funcional, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.



4.3 Investimentos

Os investimentos da TLA em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.5 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir financiamentos de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de caixa restrito classificado no grupo de demais contas a receber corresponde ao montante de R\$2.008 (R\$29.526 em 31 de dezembro de 2014), controladora e consolidado.

4.6 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os



direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.



Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

4.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.6.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.



Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

4.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos a provisão de 50% dos saldos em atraso acima de 180 dias e 100% dos saldos vencidos acima de 360 dias. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.



4.8 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração.

4.9 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores

Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos.

4.10 Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento



líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

4.11 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores de adiantamento pagos aos fabricantes das aeronaves são ativados pela Companhia como construções em andamento, até o recebimento das mesmas (pré-pagamento de aeronaves).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de alguns componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.12).

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, a Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenção importantes em busca e para evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente



do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido (Nota 4.13).

4.12 Ativos intangíveis

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de softwares são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia registra neste subgrupo principalmente marcas.

Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.13).

4.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.14 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.16 Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.



Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

4.17 Provisão para a manutenção

Os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo.

No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas.

As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são debitadas no resultado do exercício em que são incorridas.

Durante o exercício de 2015 a Companhia descontinuou a prática de constituição de provisão para manutenção baseada no critério denominado *power by the hour*, os passivos foram prospectivamente ajustados para os critérios acima descritos, os efeitos referentes à mudança de critério correspondem a R\$91.377.



4.18 Resultado por ação - básico e diluído

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício após os ajustes para todas as potenciais ações diluídas.

4.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.20 Receita de vendas

As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes, são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados (*“breakage”*), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos.

A Companhia é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, Programa Fidelidade TAM, cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TLA ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM.

O valor justo referente aos pontos concedidos é diferido na data em que o bilhete é vendido, sendo este reconhecido no resultado do exercício, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia transferiu a administração do seu programa de fidelidade para a Multiplus S.A., desta forma, a partir desta data os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, e vendidos para a TLA.

A Companhia também auferir receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, excesso de bagagem, receita de sala *vip*, entre outras, essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado.



4.21 Benefícios a empregados

4.21.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.21.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.21.3 Plano de benefícios pós emprego

A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

4.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Variações cambiais líquidas; e



- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando houver, declarada pela Administração antes do encerramento do período contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

4.24 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,9048	2,6562
Euro (€)	4,2504	3,2270
Taxa média anual		
Dólar americano (US\$)	3,3387	2,3547
Euro (€)	3,7000	3,1206



4.25 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras:

- valor justo de instrumentos financeiros (Nota 6.7);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 15 e 16);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 9.1);
- análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 12.3);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 15 e 16);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 21);
- provisão para manutenção (Nota 22); e
- provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 10).

5. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS APRESENTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 2015 a Companhia efetuou determinadas reclassificações no balanço patrimonial e demonstração do resultado. Para fins de comparabilidade, a Companhia promoveu as mesmas reclassificações para o período comparativo.

5.1 Reclassificação de saldos do balanço patrimonial para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014

As tarifas aeroportuárias foram reclassificadas da rubrica de tributos a recolher para a rubrica de fornecedores no montante correspondente a R\$371.116.

5.2 Reclassificação dos saldos das demonstrações de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia promoveu a segregação dos efeitos de variação cambial das receitas e despesas financeiras, conforme abaixo demonstrado:



	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Reclassificações	Reclassificado	Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
			31/12/2014			31/12/2014
Receita operacional líquida	14.866.639	-	14.866.639	14.953.155	-	14.953.155
Custo dos serviços prestados	(11.855.723)	-	(11.855.723)	(11.855.723)	-	(11.855.723)
Lucro operacional bruto	3.010.916	-	3.010.916	3.097.432	-	3.097.432
Despesas com vendas	(1.804.146)	-	(1.804.146)	(1.862.210)	-	(1.862.210)
Despesas gerais e administrativas	(965.229)	-	(965.229)	(985.984)	-	(985.984)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(559.468)	-	(559.468)	(568.380)	-	(568.380)
Prejuízo operacional	(317.927)	-	(317.927)	(319.142)	-	(319.142)
Receitas financeiras	1.106.358	(984.227) (1)	122.131	2.181.099	(1.917.647) (1)	263.452
Despesas financeiras	(1.743.930)	1.310.615 (1)	(433.315)	(2.824.628)	2.154.864 (1)	(669.764)
Variação cambial líquida	-	(326.388) (1)	(326.388)	-	(237.217) (1)	(237.217)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.172)	-	(7.172)	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(962.671)	-	(962.671)	(962.671)	-	(962.671)
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	288.736	-	288.736	288.736	-	288.736
Prejuízo do período	(673.935)	-	(673.935)	(673.935)	-	(673.935)

(1) Reclassificação das receitas e despesas cambiais no montante líquido de R\$326.388 controladora e R\$237.217 no consolidado, anteriormente divulgadas nas linhas de receitas e despesas financeiras para “Variação cambial líquida”.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam o Grupo.

6.1 Administração do risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 1, item 1.1, Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alavancam o seu risco de liquidez.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez do Grupo em 31 de dezembro de 2015:



	Controladora					
	31/12/2015					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros (Nota 18.1)	546.971	393.497	1.492.683	279.728	2.712.879	2.491.167
Arrendamentos operacionais (Nota 18.2)	1.648.349	736.732	588.928	184.213	3.158.222	19.090
Fornecedores (Nota 19)	3.364.533	-	-	-	3.364.533	3.364.533
	Consolidado					
	31/12/2015					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros (Nota 18.1)	546.971	393.497	1.492.683	279.728	2.712.879	2.491.167
Arrendamentos operacionais (Nota 18.2)	1.648.349	736.732	588.928	184.213	3.158.222	19.090
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	249.907	1.378.150	490.541	2.034.157	4.152.755	3.133.710
Fornecedores (Nota 19)	3.591.698	-	-	-	3.591.698	3.591.698

6.2 Administração do risco de crédito

O Grupo está sujeito ao risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo:

- O risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela administração. Ainda destaca-se a pulverização da carteira de clientes e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e
- O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Alfa, Santander, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú Unibanco e Safra.

6.3 Administração de risco de taxa de juros

O Grupo apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela BM&F Bovespa em 31 dezembro de 2015, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	13,33%
LIBOR - London Interbank Offered Rate	10,20%



Controladora 31/12/2015						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Aplicações financeiras	376.703	CDI	13,33%	426.918	498.053	512.280
Empréstimo a receber – Mútuos	230.984	Libor	8,42%	254.544	286.999	293.490
Arrendamentos financeiros	(2.491.167)	Libor	2,15%	(2.745.266)	(3.095.287)	(3.165.292)
Empréstimos a pagar – Mútuos	(1.135.678)	Libor	8,42%	(1.251.517)	(1.411.086)	(1.442.999)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				(296.163)	(702.164)	(783.364)

Consolidado 31/12/2015						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Aplicações financeiras	377.162	CDI	13,33%	427.438	498.660	512.904
Empréstimo a receber – Mútuos	3.177.425	Libor	8,42%	3.501.522	3.947.966	4.037.255
Empréstimos e financiamentos	(3.133.710)	Libor	8,42%	(3.453.348)	(3.893.650)	(3.981.711)
Arrendamentos financeiros	(2.491.167)	Libor	2,15%	(2.745.266)	(3.095.287)	(3.165.292)
Empréstimos a pagar – Mútuos	(4.684)	Libor	8,42%	(5.162)	(5.820)	(5.952)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				(199.842)	(473.158)	(527.821)

6.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Partes relacionadas (Nota 25.1)	872.030	359.747	872.235	360.435
Contas a receber (Nota 9)	186.328	268.954	186.328	268.954
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	260.735	390.759	260.735
Mútuos a receber (Nota 25.1)	114.527	78.908	3.082.168	3.010.768
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	(3.133.710)	(3.069.474)
Arrendamentos financeiros (Nota 18.1)	(2.491.167)	(2.138.334)	(2.491.167)	(2.138.334)
Partes relacionadas (Nota 25.2)	(1.788.012)	(142.921)	(1.788.012)	(142.920)
Provisão para manutenção	(1.591.893)	(1.346.229)	(1.591.893)	(1.346.229)
Mútuos a pagar (Nota 25.2)	(1.135.678)	(778.884)	(4.684)	(7.965)
Exposição cambial, líquida	(5.443.106)	(3.438.024)	(4.477.976)	(2.804.030)
Exposição cambial, líquida em US\$	(1.393.953)	(1.294.339)	(1.146.788)	(1.055.655)

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:



	Controladora				
	3,9048	2,9286	1,9524	4,8810	5,8572
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em US\$					
Partes relacionadas	872.030	654.023	436.015	1.090.038	1.308.045
Contas a receber	186.328	139.746	93.164	232.910	279.492
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	293.069	195.380	488.449	586.139
Mútuos a receber	114.527	85.895	57.264	143.159	171.791
Passivos denominados em US\$					
Arrendamentos financeiros	(2.491.167)	(1.868.375)	(1.245.584)	(3.113.959)	(3.736.751)
Partes relacionadas	(1.788.012)	(1.341.009)	(894.006)	(2.235.015)	(2.682.018)
Provisão para manutenção	(1.591.893)	(1.193.920)	(795.947)	(1.989.866)	(2.387.840)
Mútuos a pagar	(1.135.678)	(851.759)	(567.839)	(1.419.598)	(1.703.517)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		1.360.776	2.721.553	(1.360.776)	(2.721.553)

	Consolidado				
	3,9048	2,9286	1,9524	4,881	5,8572
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em US\$					
Partes relacionadas	872.235	654.176	436.118	1.090.294	1.308.353
Contas a receber	186.328	139.746	93.164	232.910	279.492
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	293.069	195.380	488.449	586.139
Mútuos a receber	3.082.168	2.311.626	1.541.084	3.852.710	4.623.252
Passivos denominados em US\$					
Empréstimos e financiamentos	(3.133.710)	(2.350.283)	(1.566.855)	(3.917.138)	(4.700.565)
Arrendamentos financeiros	(2.491.167)	(1.868.375)	(1.245.584)	(3.113.959)	(3.736.751)
Partes relacionadas	(1.788.012)	(1.341.009)	(894.006)	(2.235.015)	(2.682.018)
Provisão para manutenção	(1.591.893)	(1.193.920)	(795.947)	(1.989.866)	(2.387.840)
Mútuos a pagar	(4.684)	(3.513)	(2.342)	(5.855)	(7.026)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		1.119.494	2.238.988	(1.119.494)	(2.238.988)

6.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$48,69 (quarenta e oito dólares e sessenta e nove centavos) para o período de 2016 e projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:



Controladora e Consolidado	
31/12/2015	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	1.059.873
Incremento de 50%	2.119.745
Redução de 25%	(1.059.873)
Redução de 50%	(2.119.745)

6.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	554.893	159.842	587.006	186.662
Contas a receber (Nota 9)	2.584.002	2.117.006	2.623.759	2.276.871
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	260.735	390.759	260.735
Mútuos a receber (Nota 25.1)	230.984	173.527	3.177.425	3.105.385
Depósitos judiciais (Nota 13)	509.379	488.298	510.661	489.268
Demais contas a receber	249.124	245.128	413.691	264.042
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (Nota 8)	376.703	169.349	377.162	170.805
Outros passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 19)	3.364.533	1.237.135	3.591.698	1.306.139
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	3.133.710	3.069.474
Arrendamentos financeiros (Nota 18.1)	2.491.167	2.138.334	2.491.167	2.138.334
Mútuos a pagar (Nota 25.2)	1.135.678	878.408	4.684	103.421
Demais contas a pagar	305.113	305.940	305.625	313.491

6.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O Grupo deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável ao Grupo em 31 de dezembro de 2015.



A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros do Grupo mensurados pelo valor justo:

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Equivalentes de caixa	190.162	-	190.162	43.403	-	43.403
Fundo exclusivo	152.722	107.701	260.423	92.107	64.955	157.062
Certificado de depósito bancário	-	1.301	1.301	-	1.149	1.149
Outros depósitos	-	114.979	114.979	-	11.138	11.138
	342.884	223.981	566.865	135.510	77.242	212.752

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Equivalentes de caixa	192.847	-	192.847	68.374	-	68.374
Fundo exclusivo	152.722	107.701	260.423	92.107	64.955	157.062
Certificados de depósito bancário	-	1.760	1.760	-	1.149	1.149
Outros depósitos	-	114.979	114.979	-	12.594	12.594
	345.569	224.440	570.009	160.481	78.698	239.179

6.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Arrendamentos financeiros	2.491.167	2.138.334	2.712.879	2.152.968
	2.491.167	2.138.334	2.712.879	2.152.968

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	3.133.710	3.069.474	4.152.755	3.130.956
Arrendamentos financeiros	2.491.167	2.138.334	2.712.879	2.152.968
	5.624.877	5.207.808	6.865.634	5.283.924

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas bancárias	364.731	116.439	394.159	118.288
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	190.162	43.403	192.847	68.374
	554.893	159.842	587.006	186.662

O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa reflete o desconto de recebíveis de cartões de crédito sem direito de regresso ocorrido no mês de dezembro de 2015.



As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, e, segundo a análise da Companhia, podem ser convertidas para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações são remuneradas à taxa média ponderada de 105% da taxa do CDI.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Certificado de depósitos bancário	17	-	421.997	161.134
Fundo exclusivo ⁽¹⁾	1.625	4.072	1.371.943	972.117
Fundo de investimento ⁽²⁾	-	-	114.987	204.236
	<u>1.642</u>	<u>4.072</u>	<u>1.908.927</u>	<u>1.337.487</u>

⁽¹⁾ Os valores relacionados a aplicações financeiras possuem sua rentabilidade atrelada variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

⁽²⁾ O fundo em moeda estrangeira, está representado basicamente por títulos públicos.

Em 31 de dezembro de 2015, os títulos privados do fundo exclusivo são compostos substancialmente por debêntures e letras financeiras de bancos de primeira linha, remunerados à taxa média ponderada de 105% da taxa do CDI nas aplicações *on shore* e não há carências para efetuar o resgate das cotas.

O aumento no saldo de aplicações financeiras também reflete o desconto de recebíveis de cartões de crédito, sem direito de regresso, ocorrido no mês de dezembro de 2015.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cartões de crédito	158.844	1.010.095	209.905	1.159.748
Cartões de débito	3.426	44.657	3.426	44.657
Crédito direto	356.399	260.956	516.681	326.608
Documentos por cobrar	151.364	238.601	151.707	239.169
Partes relacionadas (Nota 25.1)	2.027.235	669.593	1.857.299	615.957
	<u>2.697.268</u>	<u>2.223.902</u>	<u>2.739.018</u>	<u>2.386.139</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(113.266)	(106.896)	(115.259)	(109.268)
	<u>2.584.002</u>	<u>2.117.006</u>	<u>2.623.759</u>	<u>2.276.871</u>

A redução no saldo de cartões de crédito reflete o desconto de recebíveis de cartões de crédito, sem direito de regresso, ocorrido no mês de dezembro de 2015.



O aumento do saldo com partes relacionadas é em parte decorrente da valorização do US\$ frente ao R\$ durante o exercício de 2015 em aproximadamente 47%.

A variação no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada basicamente por aumento na inadimplência.

9.1 Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	106.896	104.097	109.268	105.901
Constituição de provisão	19.054	12.188	19.054	13.074
Recuperação de crédito provisionado	(12.684)	(9.389)	(13.063)	(9.707)
Saldo no final do exercício	113.266	106.896	115.259	109.268

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em “despesas com vendas” na demonstração do resultado. A exposição máxima ao risco de crédito na data de relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima.

O valor da provisão para devedores duvidosos foi determinado conforme política divulgada na nota 4.6.

9.2 Composição do saldo por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	2.478.419	1.993.351	2.525.367	2.123.693
Vencidos:				
até 60 dias	17.157	53.892	23.465	76.948
de 61 a 90 dias	23.278	23.643	28.897	25.259
de 91 a 180 dias	36.754	16.479	17.293	17.218
de 181 a 360 dias	16.828	21.473	16.828	23.978
acima de 360 dias	124.832	115.064	127.168	119.043
	2.697.268	2.223.902	2.739.018	2.386.139

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2015.



10. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Peças e materiais para manutenção e reparos	382.410	345.022
Outros estoques ⁽¹⁾	57.126	83.152
	439.536	428.174

⁽¹⁾ Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da provisão para perdas de estoque corresponde ao montante de R\$44.303 (R\$21.147 em 31 de dezembro de 2014).

10.1 Movimentação das provisões para perdas de estoque

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	21.147	106.621
Reversão da provisão	(9.149)	(96.127)
Constituição de provisão	32.305	10.653
Saldo no final do exercício	44.303	21.147

O aumento no saldo da provisão para perdas com estoques reflete a intenção da Companhia em reduzir a utilização de aeronaves do modelo A-330.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	55.644	48.135	55.644	48.135
PIS e COFINS	278.481	135.286	278.481	135.286
IRRF e CSLL retidos na fonte	31.797	20.993	31.935	21.030
IRPJ e CSLL a recuperar	12.214	48.137	12.230	48.353
Impostos a recuperar no exterior	56.003	54.585	56.040	54.619
Demais impostos	8.250	6.696	8.291	6.696
	442.389	313.832	442.621	314.119

O aumento no saldo de PIS e COFINS a recuperar está relacionado a créditos extemporâneos registrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2014	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Controladora e Consolidado	
				31/12/2015	
				Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	107.878	321.602	429.480	429.480	-
Base negativa da contribuição social	44.830	120.614	165.444	165.444	-
Provisão para baixa por não recuperabilidade sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(34.315)	(34.315)	(34.315)	-
Diferenças temporárias:					
Provisões para contingências	160.169	(2.440)	157.729	157.729	-
Provisão para perdas de estoques e contas a receber	35.668	6.472	42.140	42.140	-
Arrendamentos financeiros	(104.375)	198.353	93.978	409.237	(315.259)
Provisão para manutenção IFRS	392.478	2.473	394.951	1.736.180	(1.341.229)
Receita futura de operação sale-leaseback	(859)	6.900	6.041	6.041	-
Imobilizado	(37.020)	-	(37.020)	-	(37.020)
Outras Provisões	26.930	(30.738)	(3.808)	42.317	(46.125)
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	625.699	588.921	1.214.620	2.954.253	(1.739.633)
Compensação de imposto	-	-	-	(1.739.633)	1.739.633
Imposto líquido passivo (ativo)	625.699	588.921	1.214.620	1.214.620	-

12.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo antes dos impostos	(2.158.994)	(962.671)	(2.157.855)	(962.671)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	734.058	327.308	733.671	327.308
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Despesas indedutíveis	(119.431)	(29.935)	(119.431)	(29.935)
Outros	(26.611)	(8.637)	(27.363)	(8.637)
Resultado com impostos	588.016	288.736	586.877	288.736
Imposto de renda e contribuição social corrente	(905)	-	(2.044)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	588.921	288.736	588.921	288.736
Alíquota efetiva	27,2%	30,0%	27,2%	30,0%

12.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$34.315 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014), sendo que as projeções de resultados demonstraram lucros tributários futuros que suportam os valores reconhecidos, porém não foram suficientes para reconhecer essa parcela do prejuízo fiscal e base negativa.

12.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

O Grupo avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças



temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o Grupo irá realizar o ativo fiscal diferido. Ao fazer essa determinação, o Grupo considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem: (1) o recente histórico de rentabilidade, (2) o cenário econômico Brasileiro e global, (3) a receita projetada do Grupo, (4) as taxas de câmbio do dólar Norte Americano projetadas, (5) estimativa de preços dos combustíveis e (6) o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis. A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, sendo que as projeções de resultados tributáveis futuros estimados estão em consonância com o planejamento estratégico da LATAM aprovado pelo seu Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2015, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros para utilização dos prejuízos fiscais e base fiscal negativa de contribuição social levaram em consideração as condições adversas do cenário político e econômico brasileiro que acarretam em oscilações constantes do dólar frente ao real.

O reconhecimento de ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem elencadas abaixo que irão contribuir para geração de resultados tributáveis futuros:

- Readequação da malha nacional com redução a partir do 3º trimestre de 2015 de 2,5% e 9,4% no quarto trimestre;
- Planejamento de nova readequação da malha nacional a ser adotada em 2016 com redução entre 6% e 9% de oferta;
- Implementação do pilar de custos, com o objetivo de uma redução significativa de gastos no Grupo;
- Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar; e



- Viabilização do HUB do nordeste, para melhor conectividade dos clientes e incremento de vendas.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

					Controladora
	31/12/2014	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2015
Cíveis	19.698	4.376	(5.710)	-	18.364
Trabalhistas	53.580	34.237	(29.229)	210	58.798
Tributários e previdenciários	397.997	5.992	(25.020)	21.755	400.724
Bloqueios Judiciais	17.023	66.496	(52.026)	-	31.493
	<u>488.298</u>	<u>111.101</u>	<u>(111.985)</u>	<u>21.965</u>	<u>509.379</u>
Consolidado					
	31/12/2014	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2015
Cíveis	20.147	5.179	(6.201)	-	19.125
Trabalhistas	53.594	34.237	(29.229)	210	58.812
Tributários e previdenciários	398.504	5.992	(25.020)	21.755	401.231
Bloqueios Judiciais	17.023	66.496	(52.026)	-	31.493
	<u>489.268</u>	<u>111.904</u>	<u>(112.476)</u>	<u>21.965</u>	<u>510.661</u>

14. INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Participação em empresas controladas	1.004.721	801.035
Provisão para perdas com investimentos ⁽¹⁾	(84.781)	(42.078)
	<u>919.940</u>	<u>758.957</u>

⁽¹⁾ Valores registrados no grupo do passivo não circulante.



14.2 Movimentação dos investimentos diretos

	Fidelidade, Viagens e Turismo	Financial 1	Financial 2	Financial 3	Capital 1	Capital 2	Capital 3	Total
Em 31 de dezembro de 2013	(6.379)	108.875	14.697	(18.555)	69.366	82.437	515.688	766.129
Resultado de equivalência patrimonial	(14.865)	15.269	271	(2.279)	(20.737)	(24.866)	40.035	(7.172)
Em 31 de dezembro de 2014	(21.244)	124.144	14.968	(20.834)	48.629	57.571	555.723	758.957
Resultado de equivalência patrimonial	(32.073)	62.965	(4.015)	(5.930)	(16.255)	(62.271)	218.562	160.983
Em 31 de dezembro de 2015	(53.317)	187.109	10.953	(26.764)	32.374	(4.700)	774.285	919.940

14.3 Informações sobre empresas controladas

	31/12/2015							
	Fidelidade, Viagens e Turismo	Financial 1	Financial 2	Financial 3	Capital 1	Capital 2	Capital 3	Total
Capital Social	6.827	115.205	88	-	433.914	308.358	696.580	
Quantidade de ações - total ordinárias	327.455	50.000	50.000	50.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Possuídas-ordinárias	327.455	50.000	50.000	50.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
% de participação								
No capital total	100	100	100	100	100	100	100	
No capital votante	100	100	100	100	100	100	100	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(53.317)	187.109	10.953	(26.764)	32.374	(4.700)	774.285	919.940

Não houve mudanças nas participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



15. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

						Controladora
	Taxa média ponderada					
	(a.a.)	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31/12/2015
Custo						
Terrenos	-	34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo ⁽ⁱ⁾	-	8.443.326	491.630	-	(674.733)	8.260.223
Edifícios	-	241.881	-	-	-	241.881
Computadores e periféricos	-	216.717	19.935	-	(31)	236.621
Máquinas e equipamentos	-	167.335	574	-	-	167.909
Imobilizações em andamento	-	16.601	84.799	(15.993)	(354)	85.053
Outros	-	364.052	10.295	15.993	(6.666)	383.674
		9.484.212	607.233	-	(681.784)	9.409.661
Depreciação						
Equipamentos de voo (*)	4,90%	(5.016.122)	(413.989)	-	281.392	(5.148.719)
Edifícios	8,43%	(65.601)	(2.334)	-	-	(67.935)
Computadores e periféricos	6,82%	(174.196)	(14.786)	-	25	(188.957)
Máquinas e equipamentos	5,67%	(114.230)	(9.480)	-	-	(123.710)
Outros	11,64%	(180.370)	(42.376)	-	4.844	(217.902)
		(5.550.519)	(482.965)	-	286.261	(5.747.223)
Imobilizado líquido		3.933.693	124.268	-	(395.523)	3.662.438

Controladora						
	Taxa média ponderada					
	(a.a.)	31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31/12/2014
Custo						
Terrenos	-	29.251	7	5.066	(24)	34.300
Equipamentos de voo ⁽ⁱ⁾	-	10.258.679	346.090	38.173	(2.199.616)	8.443.326
Edifícios	-	241.881	-	-	-	241.881
Computadores e periféricos	-	189.824	26.702	200	(9)	216.717
Máquinas e equipamentos	-	168.191	24.918	(24.683)	(1.091)	167.335
Imobilizações em andamento	-	12.229	11.873	(7.485)	(16)	16.601
Pré-pagamento de aeronaves ⁽ⁱⁱ⁾	-	642.193	178.942	(38.273)	(782.862)	-
Outros	-	278.665	59.160	27.002	(775)	364.052
		11.820.913	647.692	-	(2.984.393)	9.484.212
Depreciação						
Equipamentos de voo	3,62%	(4.644.712)	(371.410)	-	-	(5.016.122)
Edifícios	8,43%	(57.316)	(8.285)	-	-	(65.601)
Computadores e periféricos	6,83%	(161.226)	(12.970)	-	-	(174.196)
Máquinas e equipamentos	7,33%	(101.909)	(12.321)	-	-	(114.230)
Outros	9,18%	(154.790)	(25.580)	-	-	(180.370)
		(5.119.953)	(430.566)	-	-	(5.550.519)
Imobilizado líquido		6.700.960	217.126	-	(2.984.393)	3.933.693



TAM LINHAS AÉREAS S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



						Consolidado
Custo	Taxa média ponderada	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31/12/2015
	(a.a.)					
Terrenos	-	34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo ⁽ⁱ⁾	-	8.448.273	491.630	-	(674.733)	8.265.170
Edifícios	-	241.881	-	-	-	241.881
Computadores e periféricos	-	216.728	20.163	-	(31)	236.860
Máquinas e equipamentos	-	167.572	574	-	-	168.146
Imobilizações em andamento	-	16.601	84.799	(15.993)	(354)	85.053
Outros	-	366.057	10.295	15.993	(6.666)	385.679
		<u>9.491.412</u>	<u>607.461</u>	<u>-</u>	<u>(681.784)</u>	9.417.089
Depreciação						
Equipamentos de voo (*)	4,90%	(5.021.064)	(413.988)	-	281.391	(5.153.661)
Edifícios	8,43%	(65.601)	(2.334)	-	-	(67.935)
Computadores e periféricos	6,83%	(174.205)	(14.801)	-	25	(188.981)
Máquinas e equipamentos	5,68%	(114.372)	(9.511)	-	-	(123.883)
Outros	11,69%	(181.705)	(42.790)	-	4.844	(219.651)
		<u>(5.556.947)</u>	<u>(483.424)</u>	<u>-</u>	<u>286.260</u>	(5.754.111)
Imobilizado líquido		<u>3.934.465</u>	<u>124.037</u>	<u>-</u>	<u>(395.524)</u>	3.662.978

						Consolidado
Custo	Taxa média ponderada	31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	31/12/2014
	(a.a.)					
Terrenos	-	29.251	7	5.066	(24)	34.300
Equipamentos de voo ⁽ⁱ⁾	-	10.263.619	346.090	38.173	(2.199.609)	8.448.273
Edifícios	-	241.881	-	-	-	241.881
Computadores e periféricos	-	189.840	26.704	200	(16)	216.728
Máquinas e equipamentos	-	168.429	24.928	(24.683)	(1.102)	167.572
Imobilizações em andamento	-	12.229	11.873	(7.485)	(16)	16.601
Pré-pagamento de aeronaves ⁽ⁱⁱ⁾	-	642.193	178.942	(38.273)	(782.862)	-
Outros	-	280.652	59.168	27.002	(765)	366.057
		<u>11.828.094</u>	<u>647.712</u>	<u>-</u>	<u>(2.984.394)</u>	<u>9.491.412</u>
Depreciação						
Equipamentos de voo (*)	3,62%	(4.649.654)	(371.410)	-	-	(5.021.064)
Edifícios	8,43%	(57.316)	(8.285)	-	-	(65.601)
Computadores e periféricos	6,83%	(161.236)	(12.969)	-	-	(174.205)
Máquinas e equipamentos	7,33%	(102.030)	(12.342)	-	-	(114.372)
Outros	9,24%	(155.786)	(25.919)	-	-	(181.705)
		<u>(5.126.022)</u>	<u>(430.925)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.556.947)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.702.072</u>	<u>216.787</u>	<u>-</u>	<u>(2.984.394)</u>	<u>3.934.465</u>

(*) Depreciação linear, com valor residual de 20% para *rotables*, exceto no caso de componentes técnicos os quais se depreciam com base nos ciclos e horas voadas.

- (i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17.



- (ii) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves mantidos como adiantamentos, uma vez que, no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 5 aeronaves e 12 motores classificadas como arrendamento financeiro em equipamentos de voo foram transferidas para a LATAM, e posteriormente subarrendadas para a TAM Linhas Aéreas.

As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por gastos de manutenção ativados durante o exercício em decorrência da mudança de política contábil descrita na nota 4.16.

16. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2014	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2015
Custo						
Marcas	-	168.312	-	-	-	168.312
Softwares	-	491.980	6.786	99.309	(635)	597.440
Softwares em desenvolvimento	-	99.203	39.510	(99.309)	-	39.404
Outros	-	29.813	-	-	-	29.813
		789.308	46.296	-	(635)	834.969
Amortização						
Softwares	20,00%	(431.652)	(43.600)	-	-	(475.252)
Outros	20,00%	(29.805)	-	-	-	(29.805)
		(461.457)	(43.600)	-	-	(505.057)
Intangível líquido		327.851	2.696	-	(635)	329.912

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2014
Custo						
Marcas	-	168.312	-	-	-	168.312
Softwares	-	469.261	23.244	-	(525)	491.980
Softwares em desenvolvimento	-	46.299	58.898	-	(5.994)	99.203
Outros	-	29.813	-	-	-	29.813
		713.685	82.142	-	(6.519)	789.308
Amortização						
Softwares	20,00%	(377.850)	(53.802)	-	-	(431.652)
Outros	20,00%	(29.805)	-	-	-	(29.805)
		(407.655)	(53.802)	-	-	(461.457)
Intangível líquido		306.030	28.340	-	(6.519)	327.851



TAM LINHAS AÉREAS S.A. E SUAS CONTROLADAS



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas a.a.	Consolidado			
		31/12/2014	Adições	Transferências	31/12/2015
Custo					
Marcas	-	168.313	-	-	168.313
Softwares	-	500.669	6.842	99.309	606.185
Softwares em desenvolvimento	-	99.203	39.806	(99.309)	39.700
Outros	-	29.882	-	-	29.882
		798.067	46.648	-	844.080
Amortização					
Softwares	20,00%	(431.652)	(44.232)	-	(475.884)
Outros	20,00%	(29.806)	-	-	(29.806)
		(461.458)	(44.232)	-	(505.690)
Intangível líquido		336.609	2.416	-	338.390

	Taxas a.a.	Consolidado			
		31/12/2013	Adições	Transferências	31/12/2014
Custo					
Marcas	-	168.313	-	-	168.313
Softwares	-	473.788	27.636	-	500.669
Softwares em desenvolvimento	-	46.295	59.357	-	99.658
Outros	-	29.822	60	-	29.882
		718.218	87.053	-	798.522
Amortização					
Softwares	20,00%	(377.986)	(54.121)	-	(432.107)
Outros	20,00%	(29.806)	-	-	(29.806)
		(407.792)	(54.121)	-	(461.913)
Intangível líquido		310.426	32.932	-	336.609

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Vigência		Encargos	Não		Não
	Início	Vecto	a.a.	Circulante	Circulante	Circulante
Em moeda estrangeira - US\$						
Bonus seniores - Tam Capital 1	04/2007	04/2017	7,38%	12.958	1.170.560	8.814
Bonus seniores - Tam Capital 2	10/2009	06/2015	9,50%	-	-	29.979
Bonus seniores - Tam Capital 3	06/2011	06/2021	8,38%	9.592	1.940.600	6.525
Em moeda nacional - R\$						
Antecipação de cartão de crédito	-	-	2,00%	-	-	121.805
				22.550	3.111.160	167.123
						2.902.351

Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital 1 Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$100 mil, os quais totalizaram US\$300 milhões, equivalentes a R\$710,4 milhões utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta emissão corresponde a 7,375% a.a. e a taxa efetiva a 7,70% a.a., a serem amortizados semestralmente. O principal será amortizado integralmente em 2017. Essa transação, por meio de uma oferta no exterior isenta de registros na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), foi registrada junto à *Security and Exchange Commission* (“SEC”) em 30 de outubro de 2007.



Em 3 de junho de 2011, a TAM Capital 3 Inc. concluiu uma oferta de 5.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US\$100 mil, totalizando US\$500 milhões, equivalentes a R\$787,2 milhões utilizando a taxa de conversão à data da transação. A taxa nominal de juros desta emissão corresponde a 8,38% a.a., enquanto a taxa efetiva corresponde a 8,570% a.a. Os juros estão sendo pagos semestralmente a partir de dezembro de 2011 e o vencimento do principal em junho de 2021. A Companhia tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores a qualquer momento. Em caso de liquidação antecipada um prêmio de resgate deve ser pago. A Administração conclui que o preço de resgate compensa a perda de juros dos credores, como tal, a opção de resgate está correlacionada (*clearly and closely*) com os bônus seniores. A taxa de transação custo de captação de R\$ 10,1 milhões.

18. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

18.1 Arrendamentos financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos de informática, aeronaves, motores, máquinas e equipamentos destinados à manutenção de suas atividades.

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme demonstrado a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante:

Controladora e Consolidado				
Fluxo e pagamentos contratuais futuros	Valor presente dos pagamentos		Total	
	contratuais futuros	mínimos	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	546.971	70.835	476.136	413.736
Entre 1 e 5 anos	1.886.179	147.518	1.738.661	979.171
Superior a 5 anos	279.728	3.358	276.370	745.427
			2.491.167	2.138.334
		Circulante	476.136	413.736
		Não circulante	2.015.031	1.724.598

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:



		Controladora e Consolidado	
		Taxa média depreciação a.a.	
		31/12/2015	31/12/2014
Custo			
Aeronaves	-	2.229.387	2.647.994
Motores	-	575.189	278.670
		2.804.576	2.926.664
Depreciação			
Aeronaves	4,90%	(1.290.421)	(1.305.549)
Motores	4,90%	(209.500)	(86.789)
		(1.499.921)	(1.392.338)
Ativos líquidos		1.304.655	1.534.326

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia e depósitos em garantia.

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 26 aeronaves (31 aeronaves em 31 de dezembro de 2014), adquiridos por meio de arrendamento financeiro.

18.2 Arrendamentos operacionais

A Companhia assumiu compromissos não canceláveis de arrendamento operacional de 139 aeronaves e 28 motores em 31 de dezembro de 2015 (131 aeronaves e 04 motores em 31 de dezembro de 2014). Esses contratos possuem prazo médio de 60 meses e são atualizados com base na variação do US\$, acrescidos da variação da taxa LIBOR, de forma a garantir estas operações a Companhia contratou cartas-fianças, efetuou depósitos ou ofereceu notas promissórias.

Os gastos incorridos com arrendamentos operacionais contabilizados na rubrica de custo dos serviços prestados totalizaram R\$1.827.031 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.109.029 em 31 de dezembro de 2014). O aumento considerável da despesa é reflexo da valorização do US\$ em relação ao R\$ de aproximadamente 47%.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, são apresentados a seguir:



	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	1.648.349	1.489.369
Entre 1 e 5 anos	1.325.660	1.339.596
Superior a 5 anos	184.213	287.096
	3.158.222	3.116.061

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Terceiros	1.255.549	1.095.242	1.483.956	1.163.221
Partes relacionadas (nota 25.2)	2.108.984	141.893	2.107.742	142.918
	3.364.533	1.237.135	3.591.698	1.306.139

A variação no saldo está relacionada principalmente a valorização do US\$ frente ao R\$, de aproximadamente 47%, bem como pelo aumento do número de motores (26) e aeronaves (8) arrendados por meio de leasing operacional.

20. RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante de R\$2.207.275 (R\$2.045.989 em 31 de dezembro de 2014, sendo este composto por saldo de transportes a executar e outras receitas) na controladora e de R\$2.241.375 (R\$2.060.025 em 31 de dezembro de 2014, sendo este composto por saldo de transportes a executar e outras receitas) no consolidado.

A receita de passagens é representada por 2.201.606 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (2.050.807 em 31 de dezembro de 2014) com prazo médio de utilização de 66 dias (40 dias em 31 de dezembro de 2014).

O saldo de receita diferida no consolidado é composto também por pacotes turísticos ainda não utilizados.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O Grupo está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é



determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a CPC 25(IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

21.1 Contingências com estimativa de perda provável

						Controladora
	31/12/2014	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2015
Tributários e previdenciário	496.825	11.862	(19.522)	-	42.762	531.927
Cíveis	135.118	54.228	(4.919)	(63.807)	-	120.620
Trabalhistas	69.658	35.058	(26.485)	(8.595)	-	69.636
	701.601	101.148	(50.926)	(72.402)	42.762	722.183

						Consolidado
	31/12/2014	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2015
Tributários e previdenciário	496.942	11.869	(19.523)	-	42.762	532.050
Cíveis	135.915	56.959	(7.991)	(63.807)	-	121.076
Trabalhistas	69.658	37.590	(28.586)	(8.595)	-	70.067
	702.515	106.418	(56.100)	(72.402)	42.762	723.193

2.1.1.1 Contingências fiscais

A Companhia contesta judicialmente a cobrança equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. O não recolhimento deste tributo está suportado por medida judicial, entretanto, a Companhia perdeu em 1º instância e de forma a dar continuidade à discussão judicial foi requerida a fazer um depósito judicial no montante de R\$238.000. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante R\$314.726 (R\$304.447 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia reconheceu contabilmente créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais relacionados a PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação no Brasil para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante R\$138.296 (R\$127.437 em 31 de dezembro de 2014).



2.1.1.2 Contingências trabalhistas e cível

Dentre os processos judiciais de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, não existem processos com valores individuais relevantes.

21.2 Contingências com estimativa de perda possível

O Grupo possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2015, a posição das contingências possíveis totaliza o montante de R\$ 2.363.611 (R\$ 1.907.269 em 31 de dezembro de 2014) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Tributários	1.353.742	1.045.469
Trabalhistas	921.945	702.670
Cíveis	87.924	159.130
	2.363.611	1.907.269

Em 19 de agosto de 2014 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$175.886, por entender que os créditos compensados do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social COFINS pela Companhia não estão diretamente relacionados com a atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento.

A Companhia contesta judicialmente o auto de infração lavrado pela Receita Federal no montante de R\$141.253, relacionado aos créditos de compensação do Programa Integração Social (PIS) e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) declarada em PerdComp. A manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela administração a qual aguarda julgamento.

A Companhia contesta judicialmente o auto de infração lavrado em 15 de dezembro de 2009 no montante de R\$72.435, mediante o qual a fiscalização pretende exigir a contribuição social sobre o lucro (CSL), relativa aos períodos de 2004 a 2007, em decorrência da dedução de despesas correspondentes a tributos com exigibilidade suspensa. Em 2010 e 2012 a impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente. Diante do exposto, o recurso especial interposto pela Companhia aguarda juízo de admissibilidade.



22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para manutenção	1.591.893	1.346.229
	1.591.893	1.346.229
Circulante	685.373	527.867
Não circulante	906.520	818.362

23. PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

Durante o exercício de 2015 a Companhia promoveu uma mudança no benefício do plano de saúde oferecido a seus colaboradores. Essa mudança teve como principal objetivo fazer com que a parte do custo do plano de reponsabilidade do colaborador fosse reduzida permitindo assim que um número maior de colaboradores usufruíssem do benefício, foi introduzida a modalidade de coparticipação. Adicionalmente, como consequência dessa mudança a obrigação atuarial anteriormente registrada, se extinguiu, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 1º de janeiro	42.481	42.442
Incluído no resultado		
Custos do serviço corrente	3.751	3.912
Despesa (receita) de juros	5.306	4.340
Impacto da redução no plano	(59.262)	-
	(7.724)	50.694
Incluído em outros resultados abrangentes		
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de:		
Premissas financeiras	14.958	(14.958)
Ajuste pela experiência	(6.954)	6.954
	8.004	(8.004)
Outros		
Benefícios pagos	(280)	(209)
Saldo em 31 de dezembro (registrado na conta de demais contas a pagar)	-	42.481

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social, subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$ 5.216.454.170,97 (cinco bilhões, duzentos e dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e um reais e



noventa e sete centavos), e está representado por 2.064.602 ações ordinárias. Não houve alterações no capital social durante o exercício.

24.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia recebeu quatro adiantamentos para futuro aumento de capital a saber:

15/01/2015	64.000
20/05/2015	75.000
28/09/2015	82.000
17/12/2015	95.000
	<u>316.000</u>

24.3 Reservas de lucros

24.3.1 Reserva legal

A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social.

24.3.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como novo valor de custo atribuído dos itens reavaliados. A realização da reserva de reavaliação ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados.

25. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações do Grupo, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação e prestação de serviços, operações de mútuo pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato.



25.1 Posições ativas com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				
Contas a receber				
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	651.149	158.915	651.149	158.915
LAN Airlines S.A.	767.864	337.063	767.864	337.063
TAM Viagens	170.559	54.843	-	-
LAN Cargo S.A	50.051	9.229	50.051	9.229
TAM Mercosur	35.881	4.278	35.881	4.278
LAN Peru S.A.	11.929	4.270	11.929	4.270
LAN Argentina S.A.	3.822	3.785	3.822	3.785
Outros partes relacionadas	2.483	1.122	2.688	1.810
Multiplus S.A.	333.497	96.088	333.915	96.607
Total do ativo circulante	2.027.235	669.593	1.857.299	615.957
Ativo não circulante				
Mútuos				
LATAM Airlines Group S.A.(1)	-	-	3.082.168	3.010.768
TAM S.A.	95.257	94.619	95.257	94.617
TAM Capital Inc 1	2.747	-	-	-
TAM F. S. Limited II	-	2.871	-	-
TAM F. S. Limited III	111.780	76.037	-	-
TAM Viagens	21.200	-	-	-
Total do ativo não circulante	230.984	173.527	3.177.425	3.105.385
Total do ativo	2.258.219	843.120	5.034.724	3.721.342

- (1) Demonstramos abaixo o resumo das operações de mútuo a receber com a LATAM Airlines, sendo:

Em 13 de junho de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$236.370, os quais totalizaram R\$506.943 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,25% a.a, sendo este montante amortizado integralmente em 2017.

Em 27 de setembro de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$70.000, os quais totalizaram R\$157.416 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,50% a.a, sendo este montante amortizado integralmente em 2017.

Em 20 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$359.803, os quais totalizaram R\$810.384 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a, sendo este montante amortizado integralmente em 2021.



Em 24 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$138.968, os quais totalizaram R\$312.886 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a, sendo este montante amortizado integralmente em 2021.

25.2 Posições passivas com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante				
Fornecedores				
Transportes A. Mercosur S.A	19.988	-	19.988	-
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	69.321	-	69.321	-
Multipius S.A.	250.299	-	250.409	-
TAM Viagens	1.352	-	-	-
LAN Argentina S.A	7.810	123.584	7.810	123.584
LAN Peru S.A	13.498	7.635	13.498	7.635
LAN Cargo R. Station LLC	7.993	5.288	7.993	5.288
Lan Chile Cargo S.A.	1.493	-	1.493	-
Aerotransportes M. de C. S.A.	7.719	-	7.719	-
LAN Airlines S.A	1.719.326	-	1.719.326	-
Outras partes relacionadas	10.185	5.386	10.185	6.411
	2.108.984	141.893	2.107.742	142.918
Outros contas a pagar				
Transportes A. Mercosur S.A	-	1.028	-	2
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	-	21.569	-	21.569
Multipius S.A.	-	34.538	-	34.679
TAM Viagens	-	1.254	-	4.068
	-	58.389	-	60.318
Mútuos				
Multipius S.A.	-	95.456	-	95.456
TAM S.A.	-	4.068	-	-
	-	99.524	-	95.456
Total do passivo circulante	2.108.984	299.806	2.107.742	298.692
Passivo não circulante				
Dividendos a pagar				
TAM S.A.	15.225	15.225	15.225	15.225
Mútuos				
TAM Financial Limited II	446.433	306.552	-	-
TAM Capital Inc. III	684.561	464.367	-	-
Transportes A. Mercosur S.A	-	3.783	-	3.783
TAM S.A.	4.184	182	4.184	182
Corsair Participações S.A	500	4.000	500	4.000
	1.135.678	778.884	4.684	7.965
Total do passivo não circulante	1.150.903	794.109	19.909	23.190
Total do passivo	3.259.887	1.093.915	2.127.651	321.882



25.3 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vendas de passagens				
Multiplus S.A.	1.278.215	1.154.838	1.278.215	1.154.838
Vendas de espaço para cargas				
LATAM Airlines Group S.A.	52.924	43.788	52.924	43.788
LAN Cargo S.A.	31.344	8.029	31.344	8.029
Aerotransporte M. de Carga S.A.	29	-	29	-
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	15.769	(1.285)	15.769	(1.285)
Transportes Aereos Del Mercosur S.A.	-	2.348	-	2.365
Serviços compartilhados				
Multiplus S.A.	-	136	-	136
Outras receitas operacionais				
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	956	-	956	-
Lan Argentina S.A.	710	-	710	-
LATAM Airlines Group S.A.	32.800	-	32.800	-
LAN Peru S.A	2.022	-	2.022	-
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	2.233	-	2.233	-
Transportes A. D. Mercosur	29.087	-	29.087	-
Outras despesas operacionais				
LAN Cargo Repair Station	(12.749)	-	(12.749)	-
Transportes A. D. Mercosur	(11.802)	(122)	(11.802)	(122)
Andes Airport Service S.A	(3.962)	-	(3.962)	-
Aerotransporte Mas de Carga S.A	(2.949)	-	(2.949)	-
Lan Argentina S.A.	(7.995)	-	(7.995)	-
LATAM Airlines Group S.A.	(229.135)	-	(229.135)	-
LAN Peru S.A	(568)	-	(568)	-
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	(144.307)	-	(144.307)	-
Inmobiliaria Aeronáutica	(3)	-	(3)	-
Lan Cargo S/A	(729)	-	(729)	-
Arrendamento				
LATAM Airlines Group S.A.	(1.234.171)	(663.921)	(1.234.171)	(663.921)
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	321.031	59.212	321.031	59.212
Resultado financeiro				
Multiplus S.A.	(33.564)	-	(33.564)	-
TAM Capital Inc. I	14	-	-	-
TAM Capital Inc. III	(1.948)	-	-	-
LATAM Airlines Group S.A.	92.272	119.367	1.407.006	119.367
Lan Cargo S.A	8.880	-	8.880	-
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	110.675	-	110.675	-
Transportes Aereos (LUCL)	(573)	-	(573)	-
LAN Argentina S.A	(27.493)	-	(27.493)	-
LAN Peru S.A	(209)	-	(209)	-
Andes Airport Services S.A.	(325)	-	(325)	-
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	86	-	86	-
Inmobiliaria Aeronáutica	(4)	-	(4)	-
Aerotransp. Mas de Carga S.A.	(1.070)	-	-	-
Lineas Aereas Nacionales	(1)	-	(1)	-
Lan Cargo Repair Station	(2.940)	-	(2.940)	-



25.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários, totalizando 5 pessoas (4 em 31 de dezembro de 2014). A despesa com remuneração do pessoal chave da Administração para o período findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$6.603 (R\$11.398 em 31 de dezembro de 2014).

26. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Transporte de passageiros	12.966.254	13.171.817	12.965.822	13.171.817
Transporte de cargas	1.094.910	1.219.730	1.094.920	1.219.730
Outras receitas	433.967	1.070.643	518.894	1.165.290
Receita bruta	14.495.131	15.462.190	14.579.636	15.556.837
Impostos e outras deduções	(489.445)	(595.551)	(496.650)	(603.682)
Receita líquida	14.005.686	14.866.639	14.082.986	14.953.155

Individualmente, nenhum dos clientes da TLA representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

27. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	2.379.819	2.183.058	2.380.667	2.183.058
Combustível	4.239.490	5.241.073	4.239.490	5.241.073
Depreciação e amortização	462.810	391.438	462.811	391.438
Manutenção e reparos ⁽¹⁾	1.114.151	1.035.176	1.114.242	1.035.176
Seguro de aeronaves	47.294	34.665	47.294	34.665
Tarifas de decolagem, pouso e navegação ⁽¹⁾	1.091.094	869.318	1.091.094	869.318
Arrendamentos ⁽¹⁾	1.827.031	1.109.029	1.827.032	1.109.029
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	665.945	464.914	667.266	464.914
Outras	813.489	527.052	816.091	527.052
	12.641.123	11.855.723	12.645.987	11.855.723



TAM LINHAS AÉREAS S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com vendas				
Pessoal	189.279	241.643	215.228	269.909
Depreciação e amortização	15.438	22.894	15.887	22.894
Serviços de terceiros	376.277	545.010	381.516	546.922
Vendas e marketing	718.904	856.419	749.343	882.830
Outras	103.534	138.180	107.241	139.655
	1.403.432	1.804.146	1.469.215	1.862.210
Gerais e administrativas				
Pessoal	175.920	307.198	182.640	318.134
Depreciação e amortização	48.317	70.035	48.958	70.714
Serviços de terceiros	275.210	313.743	280.573	318.013
Outras	141.811	274.253	147.863	279.123
	641.258	965.229	660.034	985.984

(1) Referem-se a custos e despesas parcial ou totalmente expostos a variação do US\$.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre mútuo	39.655	6.019	205.204	147.200
Receita de juros	47.009	4.735	47.145	4.742
Receitas Instrumentos Financeiros	-	24.177	-	24.301
Outras receitas financeiras	32.533	87.200	32.535	87.209
	119.197	122.131	284.884	263.452
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(235.837)	(336.769)	(574.624)	(572.205)
Outras	(91.863)	(96.546)	(94.086)	(97.559)
	(327.700)	(433.315)	(668.710)	(669.764)
Variação cambial líquida	(1.547.264)	(326.388)	(1.199.631)	(237.217)
Resultado financeiro líquido	(1.755.767)	(637.572)	(1.583.457)	(643.529)

29. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. Entretanto essas normas ainda não foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e consequentemente ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.



IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias

Em maio de 2014, o IASB emitiu alterações à IFRS 11, que exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016, após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Na avaliação da Administração este pronunciamento não impactará as demonstrações financeiras.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.



A Administração está avaliando os potenciais efeitos que as IFRS 9 e 15 terão sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para as novas normas nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

IFRS 16 - “Arrendamentos”

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do “IFRS 16 - Leases”, que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Internacionalmente, a adoção inicial é permitida para as entidades em que o IFRS 15 - Receita de contrato com cliente na data de aplicação do IFRS 16 ou em data anterior, mas essa permissão ainda não está definida no Brasil. O IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia está analisando os impactos dessa nova norma em suas demonstrações financeiras.

IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Em maio de 2014, o IASB emitiu alterações que esclarecem o princípio no IAS 16 e no IAS 38 que, a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis.

As alterações estão vigentes prospectivamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia não espera que o conteúdo deste pronunciamento impacte suas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia não utiliza um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 29 de abril de 2016.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de janeiro, o Grupo LATAM anunciou dois acordos de parceria comercial: um com o International Airlines Group (“IAG”), que abrange a British Airways e a Iberia na Europa, e outro com a American Airlines (“AAL”).

Esses dois acordos de parceria comercial permitirão que as companhias gerenciem de forma mais eficiente as malhas entre Europa e América do Sul com o IAG, e as rotas entre América do Norte e América do Sul com a AAL.

Além disso, os acordos permitirão o fortalecimento do relacionamento do Grupo LATAM com essas duas companhias, já que ambas fazem parte da aliança global *Oneworld*, a fim de melhorar a experiência de viagem dos passageiros, oferecer mais opções de viagem a preços competitivos e a mais destinos que não fazem parte da malha do Grupo LATAM, bem como reduzir os tempos de espera com melhores conexões e horários e abrir novos destinos ou novos voos diretos a destinos já operados pela LATAM.

Os acordos em referência representam o início de um processo que pode durar de 12 a 18 meses, e que depende da aprovação das autoridades competentes de diferentes países.

Claudia Sender Ramirez
Presidente

Renata Bandeira G. do Nascimento
Diretora de Controladoria
CRC 1 SP-215231/O-3

Bruno Medeiros
Contador CRC 1SP-280396/O-6

Ricardo Temer
Gerente Sênior de Controladoria

